

RELAÇÕES COMERCIAIS NO BRASIL: O EXEMPLO DO ESTADO DA BAHIA*

Antonio Angelo Martins da Fonseca**
Jaimeval Caetano de Souza***
Sylvio Bandeira de Mello e Silva****

OBJETIVOS E CONCEITOS BÁSICOS

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações comerciais entre os estados brasileiros, destacando a posição do Estado da Bahia para o qual serão tecidas considerações concernentes à sua inserção no contexto nacional.

A base para estas análises é o conjunto de dados fornecidos pelas Balanças Comerciais Interestaduais, de 1974 a 1985, divulgados anualmente na Revista de Finanças Públicas, publicada pela Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Nestas análises, daremos ênfase ao comportamento da Balança Comercial referente ao ano mais recente, no caso 1985, comparativamente com os demais anos do período mencionado.

Inicialmente, é preciso esclarecer que, em nossas análises, tomamos como base apenas as "operações globais", correspondendo, segundo informações obtidas na já citada revista, ao somatório das transações "tributadas" com as "não-tributadas". Os dados que constituem estas operações são obtidos através dos Guias de Informação e Apuração das Operações Interestaduais — GIA, cujos valores são retirados diretamente da escrita fiscal dos contribuintes que mantiveram atividades de compra e venda com clientes localizados fora do estado. "Através do ordenamento e processamento dessas informações obtém-se uma síntese das relações comerciais entre as diversas Unidades da Federação, possibilitando, aos usuários, acompanhar e analisar os níveis de comércio entre os Estados brasileiros" (Revista de Finanças Públicas, 47 (369) p. 44). Este periódico também esclarece que este é o único levantamento que quantifica o fluxo de mercadorias entre os esta-

* Recebido para publicação em 02 de março de 1989.

** Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

*** Geógrafo.

**** Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia — UFBA.

dos, efetuado a nível nacional e que, apesar das deficiências, tem sido um instrumento valioso para medir a participação de cada estado no comércio interestadual e para amparar decisões sobre a fixação das alíquotas do ICM. É importante registrar igualmente que, na comparação das informações referentes às relações comerciais entre dois estados, há divergências entre o total das entradas informadas pelo estado destinatário e o total das saídas destinadas a este estado informado pelo remetente. O pequeno volume de informações referentes ao setor agropecuário concorre para aumentar ainda mais esta divergência. Por este motivo, segundo os responsáveis pelo levantamento, os estados de vida econômica basicamente apoiada em atividades primárias apresentam déficits elevados. Tentando minimizar o problema adotou-se o critério de utilizar na balança o maior valor dos informados pelas duas unidades envolvidas nas operações.

Com estas observações, os dados da Balança Comercial Interestadual representam, portanto, um expressivo indicador das relações espaciais mantidas entre as Unidades da Federação. Por outro lado, do ponto de vista teórico-conceitual, de base econômico-espacial, as relações comerciais podem ser consideradas, de forma abrangente, como corolário das diferenças de localização das atividades produtivas e de consumo, o que gera dinâmicos e complexos padrões espaciais de intercâmbio de mercadorias, influenciando, também, a distribuição dos serviços.

Assim, privilegiando as formas de concentração/dispersão da produção e consumo, as relações comerciais podem ser enquadradas na chamada Teoria Centro-Periferia, com base em Prebisch (1951) ou em Friedmann (1959) e proposições decorrentes ou que podem ser associadas como a Teoria da Dependência (Frank, 1967). O primeiro autor valorizou, com efeito, as trocas comerciais em suas análises das relações do continente latino-americano com as economias industrializadas, considerando estas últimas como o centro do sistema econômico mundial e a América Latina como periferia. Friedmann, por sua vez, soube generalizar os problemas de estruturação e funcio-

namento da economia espacial, unificando as teorias locacionais através de uma ampliação da Teoria dos Pólos de Crescimento (Perroux, 1955). Estes deixaram de ser vistos somente do ângulo industrial e passaram a ser enquadrados como o somatório de todas as atividades econômicas. Estas, quanto mais concentradas, diversificadas, integradas e inovadoras, buscando maximizar as economias de aglomeração e de base tecnológica, mais se associariam à idéia de uma região central, responsável, em grande parte, pelo crescimento econômico nacional como um todo. Ao lado desta concepção teríamos necessariamente as regiões periféricas, dependentes das regiões centrais. Entre estes dois tipos de região os vínculos são de dominação-dependência, tão bem destacados por Frank quanto aos aspectos políticos, econômicos e espaciais.

As análises destas relações são, portanto, extremamente importantes para a compreensão da estrutura e dinâmica da economia espacial de um país e do mundo todo. Os fluxos comerciais colocam-se, portanto, nesta perspectiva contribuindo para o conhecimento de questões fundamentais do crescimento/desenvolvimento econômico. Assim, estes fluxos podem ser um relevante indicador das relações favoráveis às regiões periféricas em seu intercâmbio com as regiões centrais, relações estas bem destacadas por Myrdal (1957), Hirschmann (1960) e Perroux (1964). Essas relações, quando analisadas evolutivamente, podem servir também como um indicador de importantes tendências econômico-espaciais como, por exemplo, a de reversão da polarização, cujo conceito pode ser buscado em Richardson (1980), já aplicado no Brasil por Azzoni (1986). Esta idéia de reversão da polarização está associada a uma eficiente e justa complementaridade entre regiões e a um eficaz uso de recursos nas regiões periféricas, podendo chegar a uma expressiva mudança da posição relativa destas últimas.

Finalmente, as exportações de uma determinada região têm sido associadas especificamente com o crescimento, como o fez North (1955), com a chamada Teoria da Base de Exportação Regional, apoiada igualmente na Teoria da Localização. North destaca que o conceito da base de exportação

na análise regional seria a principal variável autônoma que determina o nível de renda regional.

Todas estas observações confirmam, portanto, a importância do estudo da Balança Comercial entre diferentes regiões.

ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL

Analisando-se o desempenho da Balança Comercial Interestadual, observa-se que há uma melhor performance dos estados do eixo Sul-Sudeste do país que, na verdade, constituem o centro econômico da Nação, onde estão concentrados os principais estados produtores de bens primários e onde foram implantados importantes parques industriais geradores de renda para estes mesmos estados e, em parte, para alguns outros que contribuem para as unidades superavitárias enviando-lhes bens intermediários.

Assim, calculando-se a razão entre os valores das exportações e importações no período de 1974 a 1985 (ver Tabela 1) constata-se que, das 26 Unidades da Federação (estados, territórios e Distrito Federal), apenas oito conseguiram registrar superávit em pelo menos um dos anos do citado período, sendo três da Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais),

os três da Região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), um da Região Norte (Amazonas) e um da Região Nordeste (Bahia). Observa-se que, fora do eixo Sul-Sudeste, os únicos estados que apresentam saldo positivo nas transações comerciais são os Estados do Amazonas, a partir de 1976, e o da Bahia, em 1983 e 1984. Já o Estado de São Paulo é, significativamente, o único que registra superávit em todos os anos do período estudado, enquanto outros estados apresentam superávit em anos dispersos, sendo os casos mais extremos o do Rio de Janeiro, que tem saldo positivo em 1974 e 1985, e o do Rio Grande do Sul e Paraná, que só entram nesta situação em 1974 e em 1985, respectivamente.

De um modo geral, observa-se que estes oito estados apresentam uma performance mais ou menos equilibrada ao longo do período analisado, registrando geralmente razão superior a 0,75. Caso mais extremo é o do Estado da Bahia que, até 1978, tem razão inferior a 0,60 registrando, de 1979 em diante, cifras superiores a 0,80, certamente em função do papel da exportação, para outros estados, de produtos petroquímicos. O Pólo Petroquímico de Camaçari, significativamente, foi inaugurado em 1978. O comportamento do Estado do Amazonas está associado à implantação e expansão da Zona Franca de Manaus, criada em 1967. O Paraná, também com caso extremo, não apresenta, em 1975 e 1976, um

TABELA 1
RAZÃO ENTRE OS VALORES DE EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO DOS ESTADOS QUE OBTIVERAM NO MÍNIMO SUPERÁVIT EM UM ANO NA BALANÇA COMERCIAL NO PERÍODO 1974/1985

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RAZÃO ENTRE OS VALORES DE EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO DOS ESTADOS											
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
São Paulo	1,22	1,76	2,27	1,83	1,75	1,54	1,62	1,50	1,66	1,53	1,48	1,27
Amazonas	0,89	0,86	1,55	1,20	1,20	1,33	1,42	1,34	1,28	1,56	1,44	1,38
Santa Catarina	1,55	0,94	1,38	0,77	0,84	0,87	0,85	0,90	1,02	0,98	0,93	1,05
Minas Gerais	1,23	0,94	0,82	0,77	0,81	0,98	0,78	0,92	0,95	0,92	1,03	1,16
Rio de Janeiro	1,13	0,97	0,82	0,92	0,93	0,89	0,91	0,94	0,83	0,90	0,72	1,34
Bahia	0,59	0,59	0,44	0,49	0,51	0,80	0,96	0,81	0,89	1,10	1,06	0,95
Rio Grande do Sul	1,14	0,87	0,75	0,90	0,87	0,96	0,87	0,88	0,90	0,86	0,86	0,99
Paraná	0,83	0,48	0,43	0,86	0,81	0,88	0,79	0,95	0,84	0,89	0,97	1,10

FONTE — Calculado segundo os dados das Balanças Comerciais Interestaduais — 1974-85, publicadas pela Revista de Finanças Públicas.

bom desempenho, pois mostra uma relação exportação/importação inferior a 0,50.

Por outro lado, a Tabela 2 mostra os valores das exportações e importações *per capita*, de 1985, para todos os estados da federação, contribuindo para o conhecimento dos desequilíbrios regionais do país.

TABELA 2
BRASIL — COMÉRCIO INTERNO —
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES *PER*
CAPITA, SEGUNDO AS REGIÕES E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1985

REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	COMÉRCIO INTERNO	
	Exportação/ População (Cr\$ mi- lhões/hab.)	Importação/ População (Cr\$ mi- lhões/hab.)
NORTE.....	2,34	3,07
Acre	0,72	2,30
Amazonas	7,10	5,14
Pará.....	0,89	2,08
Amapá.....	0,68	3,29
Rondônia.....	1,31	3,36
Roraima	1,04	9,25
NORDESTE.....	1,42	2,02
Maranhão.....	0,55	1,48
Piauí.....	0,46	1,18
Ceará.....	0,93	1,71
Rio Grande do Norte ..	1,54	2,16
Paraíba.....	0,74	1,67
Pernambuco.....	2,23	2,74
Alagoas.....	0,90	2,12
Sergipe.....	1,60	2,64
Bahia	2,04	2,15
Fernando de Noronha	—	—
CENTRO-OESTE.....	2,44	4,53
Mato Grosso	2,51	5,32
Mato Grosso do Sul ...	5,21	6,39
Goiás	1,73	3,05
Distrito Federal.....	1,54	6,10
SUDESTE.....	3,91	3,18
Minas Gerais	2,74	2,35
Espírito Santo.....	3,02	4,53
Rio de Janeiro.....	3,64	2,72
São Paulo	4,68	3,68
SUL.....	4,97	4,75
Paraná	4,60	4,17
Santa Catarina.....	7,34	7,01
Rio Grande do Sul.....	4,18	4,21

FONTE — Calculado segundo os dados do Anuário Estatístico do Brasil — 1986 — IBGE, p. 59 a 78 e da Revista de Finanças Públicas, 47 (369): 50-51, jan./mar. 1987.

Observa-se que a Região Nordeste ocupa a posição menos expressiva do conjunto nacional, atrás, portanto, da Região Norte. A Região Sul é a que apresenta melhor posição seguida do Sudeste e do Centro-Oeste. A nível estadual, destacam-se, no Norte, o Estado do Amazonas; no Nordeste, os Estados de Pernambuco e da Bahia; no Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul; no Sudeste, o Estado de São Paulo; e no Sul, o Estado de Santa Catarina, o primeiro do país em valores *per capita*. Considerando que os dados em questão referem-se somente ao comércio interno, excluindo, portanto, as relações com o exterior, é possível admitir que estas informações refletem o grau de inserção das economias estaduais na economia nacional como um todo, em outras palavras, o nível de relacionamento de um estado com as demais Unidades da Federação. Assim, os estados do Sul superam os do Sudeste indicando que os primeiros conseguiram atingir um nível de integração com a economia nacional bastante significativo, o que deveria ser também comparado com relação às relações externas (com o resto do mundo).

RELAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO DA BAHIA

O Estado da Bahia mantém, atualmente, relações comerciais com todas as Unidades da Federação à exceção de Fernando de Noronha. Recentemente, expressando o crescimento da integração nacional, foram estabelecidas relações comerciais da Bahia com o Amapá, Roraima e Rondônia. Na Tabela 3 encontram-se representadas as participações dos estados, territórios e Distrito Federal nas exportações e importações da Bahia nos anos de 1974 e 1985. Tomamos apenas estes dois anos tendo em vista que nos demais o quadro não se altera muito. Nesta tabela constata-se a forte participação da Região Sudeste que engloba cerca de 70% das importações e exportações do Estado da Bahia, tanto em 1974 como em 1985, sendo que nas exportações só o Estado de São Paulo totaliza mais da metade da participação, e nas importações esta relação de-

TABELA 3
PARTICIPAÇÃO SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES NAS
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO ESTADO DA BAHIA — 1974-1985

REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS			
	Exportações (%)		Importações (%)	
	1974	1985	1974	1985
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
NORTE	0,68	2,36	0,41	0,99
Acre	0,05	0,01	—	0,01
Amazonas	0,10	0,98	0,03	0,43
Pará	0,53	1,34	0,38	0,41
Amapá	—	0,01	—	0,13
Rondônia	—	0,01	—	0,01
Roraima	—	0,01	—	—
NORDESTE	19,51	18,18	13,42	19,81
Maranhão	0,69	0,44	0,08	0,61
Piauí	0,45	0,42	0,03	0,26
Ceará	1,64	2,54	0,91	1,23
Rio Grande do Norte	0,34	1,21	0,60	4,89
Paraíba	0,46	0,94	0,69	0,58
Pernambuco	9,41	7,50	8,49	5,88
Alagoas	1,50	1,37	1,19	2,82
Sergipe	5,02	3,76	1,43	3,54
Fernando de Noronha	—	—	—	—
CENTRO-OESTE	0,68	1,27	0,50	0,95
Mato Grosso	0,05	0,04	—	0,08
Mato Grosso do Sul	(1)	0,03	(1)	0,06
Goiás	0,28	0,39	0,26	0,40
Distrito Federal	0,35	0,81	0,24	0,41
SUDESTE	72,39	72,52	76,41	67,54
Minas Gerais	5,74	4,78	11,55	8,71
Espírito Santo	1,74	3,34	1,37	2,00
Rio de Janeiro	13,05	10,35	17,98	10,59
São Paulo	51,86	54,05	45,51	46,24
SUL	6,74	5,67	9,26	10,71
Paraná	1,28	1,51	1,16	2,53
Santa Catarina	1,18	1,26	2,54	3,58
Rio Grande do Sul	4,28	2,90	5,56	4,60

FONTE — Calculado segundo os dados das Balanças Comerciais Interestaduais publicadas pela Revista de Finanças Públicas, 1974 e 1985.

(1) Na época fazia parte do Estado de Mato Grosso.

crece um pouco situando-se, de qualquer forma, acima de 45%. Outro estado com importante participação nas relações comerciais com a Bahia é o do Rio de Janeiro que, 1974, tem participação nas exportações da ordem de 13% e nas importações de 18%, cifras estas que apresentam um relativo decréscimo em 1985, visto que se situaram em torno de 10%. Os outros estados da Região Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) contam com uma participação menor que a do Rio de Janeiro. Estes dados permitem afirmar seguramente que a economia baiana é hoje uma extensão da economia do Sudeste, particularmente da pau-

lista. Comparativamente, o mesmo ocorre, de forma mais significativa, com o Estado do Amazonas quando se observa que, em 1985, 75% de suas exportações foram para São Paulo, de onde procederam 83% de suas importações.

Depois da Região Sudeste, a outra região que expressa uma melhor relação comercial com a Bahia é a Nordeste a qual, em 1974, registra uma participação nas exportações do Estado da Bahia em torno de 20% e nas importações de 13%, passando estas cifras, em 1985, para 18% e 20%, respectivamente. O estado do Nordeste com significação mais expressiva para a Bahia é o de

Pernambuco que, em 1974, teve uma participação nas exportações de 9% e nas importações de 8%, enquanto que em 1985 registra nas exportações uma cifra da ordem de 8% e nas importações de 6%.

O expressivo crescimento das importações baianas provenientes da Região Nordeste está associado à crescente integração do Pólo Químico-Petroquímico da Bahia com o complexo cloro-alcoolquímico e com outras indústrias básicas instaladas principalmente em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A Região Sul apresenta uma participação um pouco menor em relação às duas anteriormente descritas, pois, em 1974, registra um percentual nas exportações da Bahia na ordem de 7% e nas importações de 9% e, em 1985, estas cifras correspondem a 6% e 11%, respectivamente, sendo que o estado que se destaca mais é o Rio Grande do Sul.

As Regiões Norte e Centro-Oeste têm presença relativamente insignificante tendo em vista que os estados que as compõem registram participação, tanto nas exportações como nas importações, geralmente inferior a 1%.

Para ter-se uma melhor idéia do que foi exposto até aqui, as Figuras 1 a 2 mostram os fluxos de exportações e importações do Estado da Bahia para as demais Unidades da Federação. Tomamos como exemplo apenas o ano de 1985 pelo fato de ser o mais recente do período analisado e também porque, nos demais anos, a configuração não sofre grandes alterações.

Por outro lado, é preciso mencionar novamente que o Estado da Bahia teve, em 1983 e em 1984, relações superavitárias com o resto do Brasil, o que é bastante significativo para um estado periférico. É também importante registrar, a este respeito, que em 1980, 1983, 1984 e 1985 o Estado da Bahia teve relações superavitárias com a Região Sudeste e em 1980, 1982, 1983, 1984 e 1985 com o próprio Estado de São Paulo.

Entretanto, é necessário frisar que, mesmo nestes anos, a Bahia manteve relações deficitárias com a Região Sul, indicando a continuidade do peso da dependência baiana por alimentos produzidos naquela região.

. Assim sendo, a participação da Bahia no comércio evoluiu significativamente já que em 1974 as exportações da Bahia representavam 3% das exportações de todos os demais estados, passando para 5% em 1985 e as importações passaram de 4% para 5%. Com relação ao Nordeste, a Bahia representava 27% das exportações da região em 1974 (abaixo de Pernambuco, que estava em 1º lugar) contra 39% em 1985 (à frente de Pernambuco e assumindo o 1º lugar) e as importações passaram de 28% para 29% (sempre à frente de Pernambuco).

Por outro lado, é importante registrar também que, só a partir de 1975, as relações comerciais da Bahia com o resto do Brasil superaram as relações com o resto do mundo, tanto nas importações como nas exportações. Com efeito, comparando-se os dados publicados nas Revistas de Finanças Públicas, do Ministério da Fazenda, com os dos Anuários Estatísticos do Brasil, do IBGE, observa-se que a Bahia, em 1975, exportou para fora do país Cr\$ 4,1 bilhões e para outros estados Cr\$ 5,1 bilhões, importando do exterior Cr\$ 2,2 bilhões e do resto do país Cr\$ 8,7 bilhões. Até então, esta situação era inversa, ou seja, as relações com o resto do mundo eram superiores às relações com os outros estados brasileiros. Em 1961, por exemplo, as relações com os demais estados eram cerca de 50% inferiores às que foram mantidas com o exterior (Silva, 1985, p. 52).

É necessário destacar também que as características das relações comerciais da Bahia anteriormente descritas, referentes ao período 1974-1985, fazem com que este estado assuma uma posição singular no contexto da região nordestina. Os demais estados desta região ainda não conseguiram alterar as suas tradicionais posições no comércio interno mantendo, portanto, relações deficitárias com o resto do país, particularmente com o Sudeste.

CONCLUSÃO

Pelo exposto anteriormente, observa-se que poucos são os estados que mantêm um

FIGURA 1
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
FLUXO DE EXPORTAÇÕES
DO ESTADO DA BAHIA — 1985



desempenho satisfatório na Balança Comercial, quadro este que torna-se mais agravante quando nos referimos àqueles situados fora do eixo Sul-Sudeste. Neste eixo, há que se destacar a forte relevância do Estado de São Paulo, o qual tem mais influência na balança de outros estados do que as próprias regiões a que pertencem. A Bahia, como vimos, possui uma relação comercial com São Paulo muito mais intensa do que com todos os estados que compõem a Região Nordeste. O estado situado fora do eixo Sul-Sudeste com o qual a Bahia mantém

relações mais significativas é o de Pernambuco, embora com uma participação na balança comercial baiana relativamente baixa.

O Estado do Amazonas, por causa da Zona Franca de Manaus e o Estado da Bahia, por sua condição de fornecedor de matérias-primas e insumos, com destaque para os petroquímicos, exportados para o Sudeste do país, são os únicos estados fora do eixo Sul-Sudeste que apresentam um saldo mais ou menos equilibrado na balança comercial no período mais recente, ou seja, de 1980 até 1985.

FIGURA 2
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
FLUXO DE IMPORTAÇÕES
DO ESTADO DA BAHIA — 1985



O superávit alcançado por alguns dos estados do eixo Sul-Sudeste está diretamente relacionado com a moderna produção agropecuária e com os parques industriais implantados nesta área. O reflexo desta base agrícola e da concentração industrial é uma grande dependência dos estados pouco desenvolvidos e uma forte disparidade regional.

A Bahia, apesar de manter o Pólo Petroquímico em pleno funcionamento há 10 anos, ainda não conseguiu ter capacidade de transformar, significativamente, os insumos que produz em produtos acabados. O

resultado disto é a exportação de produtos intermediários e a importação de produtos industrializados para o consumo interno. Por outro lado, a Bahia é também um grande importador de alimentos e matéria-prima agrícola, sobretudo do Sul do país.

Concluindo, a análise das Balanças Comerciais Interestaduais contribui para o conhecimento de aspectos importantes da estrutura e funcionamento da economia brasileira a nível espacial, desde meados da década de 70. Destaca-se, significativamente, a melhoria da posição relativa dos Estados do Amazonas e Bahia no contexto

nacional graças à implantação das unidades da Zona Franca de Manaus, integrada ao mercado nacional como um todo, e do Complexo Petroquímico de Camaçari, bastante associado ao parque industrial do Sudeste, sobretudo de São Paulo. Esta melhoria não permite, entretanto, que se fale em reversão da polarização, no sentido proposto por Richardson. De qualquer maneira, as medidas efetuadas levantam questões novas que merecem ser aprofundadas na tentativa de conhecer, estrategicamente, as possibilidades de continuamente reduzir os desequilíbrios regionais brasileiros, reconhecidamente dos mais altos do mundo. Para tanto, seria importante, nos exemplos do Amazonas e da Bahia, que os pólos industriais aí implantados aumentassem seu relacionamento intra-regional, contribuindo para internalizar os efeitos positivos de suas

relações externas, reduzindo, finalmente, o caráter de enclave que apresentam, apontado por alguns analistas, ou seja, integrando-se com mais eficiência à economia regional. Comparativamente, o moderno parque industrial baiano tem melhores condições para desenvolver efeitos multiplicadores intra-regionais do que o parque de Manaus. Com efeito, o complexo químico, petroquímico e metal-mecânico da Bahia tem um grande potencial de expansão das relações intra e intersetoriais a nível do estado e da Região Nordeste enquanto que o parque, sobretudo eletrônico, termoplástico, relojoeiro e de material de transporte, de Manaus, pelas suas características excepcionais de localização, de produção e de mercado, em função dos incentivos fiscais, apresenta maiores dificuldades de integração a nível setorial e espacial.

BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIOS Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1974-1986.
- AZZONI, C.R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- BENCHIMOL, S. *The free trade zone of Manaus*. Comunicação apresentada ao 46º Congresso Internacional de Americanistas, Amsterdam, julho de 1988.
- FONSECA, V. Manaus: pólo de desenvolvimento regional? *Geografia*, Rio Claro, 7 (13-14): 75-79, out. 1982.
- FRANK, A.G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York, Monthly Review Press, 1967.
- FRIEDMANN, J. La estrategia de los polos de crecimiento como instrumento de la política de desarrollo. *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*. Cali, 3 (9-10), 1969.
- HIRSCHMANN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven, Yale University Press, 1960.
- MARTINS, L.; THÉRY, H. *La problématique des pôles de développement et l'expérience de Camaçari*. Paris, Institut des Hautes Etudes pour l'Amérique Latine; Documents au CREDAL, nov. 1981.
- MYRDAL, G. *Economic theory and underdeveloped regions*. London, Gerald Duckworth, 1957.
- NORTH, D.C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Economic Growth*, 63: 243-58, jun. 1955.
- PERFIL das Empresas. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia. Complexo Petroquímico de Camaçari. 3. ed. Camaçari, set. 1987.
- PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. *Economie Appliquée*, Paris, 8: 307-20, 1955.
- _____. *L'économie du XX^{ème} siècle*. 2. ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.
- PREBISCH, R. *Estudio económico de América Latina 1949*. New York, CEPAL/ONU, 1951.
- REVISTA de Finanças Públicas. Ministério da Fazenda. Brasília, Secretaria de Economia e Finanças, 1974-1987.
- RICHARDSON, H. W. *Polarization reversal in developing countries*. Papers of the Regional Science Association, 45, 1980.
- SILVA, S.B.M. O sistema urbano de Salvador e sua inserção no contexto nacional. *Geografia*, Rio Claro, 10 (19): 41-59, abr. 1985.
- _____. Notas sobre o processo recente de urbanização/metropolização no Estado da Bahia. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Salvador, 1 (0): 31-52, jun. 1988.

RESUMO

Com base em dados das Balanças Comerciais Interestaduais — 1974/1985 — e em conceitos sobre a integração centro-periferia, este trabalho analisa as relações comerciais entre os estados brasileiros destacando a posição do Estado da Bahia. Primeiramente, o estudo mostra que os estados do Sul-Sudeste têm uma melhor performance ao longo do período, com destaque para o Estado de São Paulo, o único a apresentar superávit em todos os anos. Fora do eixo Sul-Sudeste só aparecem com superávit o Estado do Amazonas, desde 1976, e a Bahia, em 1983 e 1984, em função do papel da Zona Franca de Manaus e do Pólo Petroquímico de Camaçari, respectivamente. Por outro, o trabalho mostra que as relações comerciais da Bahia são majoritariamente feitas com o Sudeste, particularmente com o Estado de São Paulo (54% das exportações e 46% das importações baianas em 1985). Finalmente, são apresentadas considerações sobre a melhoria da posição relativa da Balança Comercial dos Estados do Amazonas e da Bahia, apontando para a necessidade de internalizar os benefícios de suas relações externas.

PALAVRAS-CHAVE

Fluxos comerciais — Importação/Exportação dos Estados — Relações centro-periferia — Intercâmbio comercial da Bahia.

ABSTRACT

TRADE RELATIONS IN BRAZIL: THE EXAMPLE OF THE STATE OF BAHIA

Based on the Interstate Trade Balance — 1974/1985 data and on center-periphery concepts, this paper analyses the trade relations between the Brazilian states with emphasis on the State of Bahia. It is shown that the South and Southeast states have a better performance during this period, especially São Paulo State, the only State with a trade surplus during all this period. Outside the South and Southeast Brazil, only two states have a surplus, the State of Amazonas, since 1976, and the State of Bahia, in 1983 and 1984, due to influence of the Free Trade Zone of Manaus and of the Bahia's Petrochemical Complex. This paper also shows that the trade relations of Bahia are mainly made with the Southeast, particularly with the State of São Paulo (54% of exports and 46% of imports of Bahia in 1985). Finally, some considerations are presented on the changes in the trade balance of Amazonas and Bahia, discussing the internalization of the benefits generated by trade relationships.

KEY WORDS

Trade balance — Imports/Exports of States — Center-periphery relations — Trade balance of Bahia.